

PRECATÓRIOS E FAZENDA PÚBLICA
Teoria, Prática e Estratégias de Atuação

PRECATÓRIOS E FAZENDA PÚBLICA

Teoria, Prática e Estratégias de Atuação

AUTOR

SAULO NOGUEIRA HERMOSILLA DE ALMEIDA

EDIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

FLÁVIO VAZ MACHADO

ISBN: 978-65-02-23800-4

1ª edição

DW/M
DREAM WORK
MENTORIA

Rio de Janeiro - 2026

Copyright © 2026 Dream Work Mentoria – DWM.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida,
distribuída ou transmitida, por qualquer meio ou processo,
sem autorização prévia da editora e dos autores.

Projeto gráfico e diagramação

Flávio Vaz Machado

Revisão

Saulo Nogueira Hermosilla de Almeida

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Almeida, Saulo Nogueira Hermosilla de
Precatórios e Fazenda Pública : teoria, prática
e estratégias de atuação / Saulo Nogueira
Hermosilla de Almeida ; organização Flávio Vaz
Machado. -- 1. ed. -- Volta Redonda, RJ :
Ed. do Autor, 2026.

Bibliografia.

ISBN 978-65-02-23800-4

1. Direito processual - Brasil 2. Execução
contra a Fazenda Pública - Brasil 3. Jurisprudência
4. Precatórios - Brasil I. Machado, Flávio Vaz.
II. Título.

26-378551.0

CDU-347.938(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Precatórios: Direito civil 347.938(81)

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

PREFÁCIO

Ao longo de minha trajetória na magistratura e, posteriormente, no exercício da advocacia, tive a oportunidade de acompanhar a constante evolução do regime jurídico dos precatórios no Brasil. Trata-se de um dos temas mais relevantes e complexos do Direito Público, cuja compreensão exige permanente atualização diante das sucessivas alterações constitucionais, legislativas e jurisprudenciais.

É nesse contexto que se insere a presente obra, *Precatórios e Fazenda Pública: Teoria, Prática e Estratégias de Atuação*, de autoria do advogado Dr. Saulo Nogueira Hermosilla de Almeida. O livro oferece uma abordagem clara, organizada e tecnicamente consistente sobre os principais aspectos relacionados aos precatórios e às requisições de pequeno valor (RPVs), reunindo fundamentos constitucionais, normas processuais, evolução legislativa e reflexões voltadas à prática profissional.

Ao longo dos capítulos, o autor analisa temas essenciais, como a execução contra a Fazenda Pública, os regimes de pagamento, as preferências constitucionais, a cessão de créditos, a tributação e os mecanismos de acordos diretos, sempre buscando aproximar a teoria da realidade vivenciada

por advogados, procuradores, magistrados, servidores públicos e demais operadores do Direito. Neste contexto, a experiência profissional do autor, aliada ao seu compromisso com o estudo da matéria, confere à obra um caráter eminentemente prático, sem afastar o rigor jurídico indispensável às publicações técnicas. Essa combinação torna o livro uma importante ferramenta de consulta tanto para profissionais experientes quanto para estudantes e pesquisadores interessados na temática.

Tenho convicção de que esta obra representa uma valiosa contribuição à literatura jurídica nacional, oferecendo ao leitor um material atualizado, acessível e de grande utilidade para a compreensão dos desafios que envolvem a Fazenda Pública e o regime constitucional dos precatórios.

Cumprimento o autor pela iniciativa e pelo trabalho desenvolvido, desejando que esta publicação alcance ampla difusão entre os profissionais do Direito e todos aqueles que se dedicam ao estudo e ao aprimoramento da Administração Pública.

Dr. Francisco das Chagas Ferreira Chaves

SOBRE O PREFACIADOR

Dr. Francisco das Chagas Ferreira Chaves

*Juiz de Direito Aposentado do Tribunal de Justiça do Es-
tado do Rio de Janeiro*

Advogado

Professor Universitário

Ex-Vereador do Município de Volta Redonda

Autor de Obras Jurídicas

Nascido em Paranaíba, Estado do Piauí, em 23 de janeiro de 1957, transferindo-se para o Estado do Rio de Janeiro aos sete anos de idade. Iniciou sua vida profissional ainda na adolescência, tendo seu primeiro emprego formal aos doze anos.

Ao longo de sua trajetória, trabalhou em importantes instituições, entre elas o Estaleiro Mauá e a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Niterói. Serviu ao Exército Brasileiro como paraquedista militar, integrando o 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista.

Graduado em Direito pela Sociedade Unificada Augusto Motta (SUAM), exerceu a advocacia e à docência universitária antes de ingressar na Magistratura por concurso público. Iniciou sua carreira como Juiz de Direito na Comarca de Bom Jesus do Itabapoana, onde, além da atividade

jurisdicional, desenvolveu relevantes ações voltadas à comunidade, promovendo a primeira Festa da Criança do município.

Em 1993 foi promovido para a Comarca de Volta Redonda, passando a atuar também em diversas outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro, entre elas Barra Mansa, Barra do Piraí, Itaperuna, Itaocara, Miracema, Petrópolis, Piraí, Porciúncula, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Santo Antônio de Pádua, Valença e Vassouras, consolidando uma reconhecida trajetória na magistratura fluminense.

Paralelamente à atuação jurídica, exerceu mandato de Vereador no Município de Volta Redonda, destacando-se pela apresentação e aprovação de importantes iniciativas legislativas de caráter social. Entre elas, a Lei Municipal nº 4.161/2006, que instituiu a Semana Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; a Lei nº 4.116/2005, voltada à ampliação dos benefícios destinados às pessoas com deficiência visual; a Lei nº 4.162/2006, referente à alimentação adequada para crianças obesas ou diabéticas na rede municipal de ensino; a Lei nº 4.151/2005, que concedeu passe livre aos desempregados; a Lei nº 4.121/2005, que reduziu a jornada de trabalho de servidores responsáveis por

peças com deficiência; e a Lei nº 4.044/2005, que oficializou a Festa da Criança no calendário do município. Também é autor do Projeto de Lei nº 024/2006, destinado a assegurar prazo máximo de sete dias para consultas e exames médicos destinados às pessoas com sessenta anos ou mais.

Sua atuação sempre esteve fortemente voltada à promoção da cidadania, à proteção da infância e da adolescência e ao fortalecimento das políticas públicas de inclusão social, tendo organizado, com o apoio da administração municipal e da iniciativa privada, as edições do tradicional Natal da Criança de Volta Redonda, realizadas nos anos de 2001, 2002, 2003 e 2005, posteriormente incorporadas ao calendário oficial do município.

Além da magistratura e da vida pública, é autor de diversas obras jurídicas, destacando-se publicações comentadas sobre o Código de Trânsito Brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Organização Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, o Regimento Interno dos Tribunais e o Estatuto do Desarmamento, consolidando sua contribuição para a difusão do conhecimento jurídico.

SOBRE O EDITOR E ORGANIZADOR

Prof. Dr. Flávio Vaz Machado

*Doutor em Ciências
Mestre em Ensino em Ciências
Pesquisador, Professor Universitário
Editor e Organizador de Obras Técnico-Científicas*

Flávio Vaz Machado é Doutor em Ciências e pós-doutorando pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com estágio de doutoramento (PhD) na Faculty of Health Sciences da Ontario Tech University, no Canadá, realizado por meio do Programa de Líderes Emergentes das Américas denominada *Emerging Leaders in the Americas Program* (ELAP), programa de bolsas do Governo Canadense. É Mestre em Ensino em Ciências da Saúde pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

Sua trajetória acadêmica inclui experiências de formação e aperfeiçoamento no Brasil, Canadá e Estados Unidos. Realizou formação complementar pela HarvardX e participou de atividades acadêmicas, conferências e simpósios em instituições de projeção internacional, entre elas a Harvard Medical School, a Columbia University, em Nova York, e o Institut de Recherches Cliniques de Montréal, no Canadá. Sua

formação internacional inclui, ainda, estudos nos Estados Unidos na área *Emergency Medical Technician* - EMT (Técnico de Emergências Médicas) pela Colorado University e pela CitywideCPR (Broadway).

Em área de especial interesse para o campo jurídico, possui formação em Perícia Judicial, Perícia Grafotécnica, Perícia Documentoscópica e Perícia Papiloscópica, conhecimentos que ampliam sua formação interdisciplinar e sua aproximação com procedimentos de natureza técnico-pericial e documental relacionados à atividade jurídica.

Sua trajetória acadêmica é marcada, ainda, pelo reconhecimento de mérito acadêmico concedido pela Fundação Oswaldo Aranha (FOA) e pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA), bem como pela premiação de trabalho científico em congresso vinculado à Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM). Sua produção científica reúne publicações nacionais e internacionais, incluindo artigos em periódicos científicos e estudos desenvolvidos em colaboração com pesquisadores e instituições estrangeiras.

Na presente obra, é responsável pela edição e organização editorial, contribuindo para a estruturação, sistematização e apresentação do conteúdo, bem como para a concepção e organização editorial da publicação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1.....	25
REGIME JURÍDICO DOS PRECATÓRIOS NO BRASIL	25
1.1. Contexto Histórico e Evolução do Regime de Pagamento de Débitos da Fazenda Pública.....	26
1.2. A Natureza Jurídica dos Precatórios e RPVs. Valores nas Fazendas Pública Municipal, Estadual e Federal.....	27
1.3 Princípios Constitucionais Aplicáveis	29
1.4. Panorama Atual: Desafios e Perspectivas	30
CAPÍTULO 2.....	32
EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	32
2.1. O Título Executivo Judicial e Extrajudicial	32
2.2. Da Liquidação de Sentença à Fase de Cumprimento	34
2.3. Citação para o Cumprimento de Sentença (Art. 535 do CPC).....	36
2.4. Impugnação ao Cumprimento de Sentença pela Fazenda Pública.....	37
2.5. A Determinação de Expedição do Requisitório.....	38

CAPÍTULO 3.....	41
REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV).....	41
3.1. Conceito e Fundamentação Constitucional e Legal.	41
3.2. Fixação do Valor-Limite da RPV (Leis Federais, Estaduais e Municipais)	43
3.3. Procedimento de Expedição e Pagamento da RPV..	44
3.4. Prazo para Pagamento da RPV	46
3.5. Particularidades da RPV Federal, Estadual e Municipal	47
3.6. RPV e a Questão dos Débitos Fracionados.....	48
CAPÍTULO 4.....	51
PRECATÓRIOS: CONCEITO E REGIMES DE PAGAMENTO.....	51
4.1. Conceito de Precatório e sua Distinção da RPV	51
4.2. Classificação dos Precatórios (Alimentares e Comuns)	53
4.3. Regimes de Pagamento Constitucionais (Regime Geral, Regimes Especiais e os Impactos das ECs nº 113/2021 e nº 114/2021)	54
4.3.1. O Regime Geral (Art. 100 da CF).....	55

4.3.2. Os Regimes Especiais e as ECs nº 113/2021 e nº 114/2021	56
4.4. Critérios de Inclusão no Orçamento e Prazo para Pagamento	59
4.5. A Natureza dos Juros de Mora e Correção Monetária em Precatórios	60
4.6. O e-Precatório e a Digitalização do Processo	63
CAPÍTULO 5.....	66
PREFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E	
PRIORIDADES.....	66
5.1. A Preferência por Idade (Acima de 60 anos).....	66
5.2. A Preferência por Doença Grave (Definição e Comprovação)	68
5.3. A Preferência por Pessoa com Deficiência.....	70
5.4. Procedimento para Habilitação da Preferência	72
CAPÍTULO 6.....	78
QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DOS PRECATÓRIOS.....	78
6.1. O Impacto dos Precatórios nas Finanças Públicas ..	78
6.2. Inclusão Orçamentária e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	80

6.3. As Emendas Constitucionais dos Precatórios (EC 62/2009, EC 94/2016, EC 109/2021, EC 113/2021, EC 114/2021 e outras).....	82
6.4. Os Regimes Especiais de Pagamento e sua Duração	84
6.5. Sequestro de Verbas Públicas e Intervenção	86
6.6. A Questão do Limite de Gasto (Teto de Gastos) e os Precatórios.....	88
CAPÍTULO 7.....	91
GESTÃO E ANÁLISE INTERNA DE PRECATÓRIOS PELA FAZENDA PÚBLICA	91
7.1. Estrutura e Funções da Procuradoria no Gerenciamento de Precatórios	91
7.2. Ferramentas de Análise e Auditoria de Precatórios .	94
7.3. Planejamento Financeiro e Orçamentário para Pagamento.....	96
7.4. Identificação de Fraudes e Irregularidades	97
7.5. O Papel do Advogado Público na Minimização do Passivo	99
7.6. Estratégias de Defesa e Recurso em Precatório	101
CAPÍTULO 8.....	104

ACORDO DIRETO EM PRECATÓRIOS 104

8.1. Fundamentação Constitucional (Art. 100, §20, da CF) e Legal 104

8.2. Regulamentação do Acordo Direto (Leis Estaduais e Municipais, Decretos, Portarias) 106

8.3. Procedimento de Chamamento de Credores e Publicação de Editais 107

8.4. Condições e Requisitos para Habilitação ao Acordo 109

8.5. O Deságio e seu Impacto Financeiro para o Ente Devedor e o Credor 111

8.6. O Papel da Advocacia na Negociação e Habilitação 113

8.7. Vantagens do Acordo Direto para Credores e Devedores..... 114

CAPÍTULO 9.....117

CESSÃO DE CRÉDITO EM PRECATÓRIOS 117

9.1. Natureza Jurídica e Fundamentação (Art. 100, §13, da CF; Código Civil)..... 117

9.2. Requisitos e Formalidades da Cessão de Crédito.. 119

9.3. Notificação da Fazenda Pública Devedora..... 121

9.4. Os Riscos da Cessão de Crédito para Credores e Cessionários	122
9.5. Tributação na Cessão de Crédito.....	124
9.6. Impacto da Cessão na Ordem Cronológica e Preferências	126
9.7. Diferenças entre Cessão e Antecipação Financeira	128
CAPÍTULO 10.....	130
ASPECTOS SUCESSÓRIOS E PRECATÓRIOS.....	130
10.1. Habilitação de Herdeiros em Caso de Falecimento do Credor Originário	130
10.2. Procedimento de Habilitação (Judicial e Administrativa)	131
10.3. RPV e Precatório: Particularidades na Habilitação	133
10.4. Necessidade de Inventário ou Alvará Judicial	135
10.5. Partilha do Crédito entre os Herdeiros	137
CAPÍTULO 11.....	139
TRIBUTAÇÃO SOBRE PRECATÓRIOS E RPVs.....	139
11.1. Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)	139
11.2. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).....	142
11.3. Contribuição Previdenciária (se aplicável)	144

11.4. Regimes de Retenção na Fonte e Declaração	145
11.5. Aspectos Controvertidos e Jurisprudência	147
CAPÍTULO 12.....	150
INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS PARA O	
ADVOGADO	150
12.1. Softwares e Plataformas para Gestão de Precatórios	150
12.2. Cálculos e Atualização de Valores.....	152
12.3. Acompanhamento e Notificações (Poder Judiciário, Tribunais de Contas)	154
12.4. A Importância da Análise de Dados na Advocacia de Precatórios	156
CAPÍTULO 13.....	159
ASPECTOS POLÊMICOS E O FUTURO DOS	
PRECATÓRIOS NO BRASIL	159
13.1. Críticas ao Sistema de Precatórios e Propostas de Reforma	159
13.2. A Moratória dos Precatórios e os Impactos Sociais	162
13.3. Desafios da Emenda Constitucional 113/2021 e 114/2021	163
13.4. Judicialização e Conflitos de Competência.....	165

13.5. A Perspectiva dos Órgãos de Controle (TCs e MP)	167
13.6. Precatórios Ambientais e Outras Modalidades Específicas	169
CAPÍTULO 14.....	172
A HIERARQUIA JUDICIAL NO FLUXO DOS PRECATÓRIOS: JUÍZO DA EXECUÇÃO, JUÍZES AUXILIARES E PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL	172
14.1. O Juízo da Execução: A Origem do Precatório....	173
14.1.1. Competência e Atribuições: Da Ação de Conhecimento à Expedição do Ofício Requisitório..	173
14.1.2. Recursos Cabíveis das Decisões do Juízo da Execução	175
14.2. O Juiz Auxiliar/Gestor de Precatórios: A Ponte entre a Execução e a Administração Central.....	177
14.2.1. Natureza e Delegação de Competência.....	177
14.2.2. Recursos Cabíveis das Decisões do Juiz Auxiliar/Gestor.....	179
14.3. A Presidência do Tribunal: A Gestão Central e o Controle Final	181
14.3.1. Competência Constitucional e Regimental ...	181

14.3.2. Recursos Cabíveis das Decisões da Presidência do Tribunal	182
--	-----

CAPÍTULO 15..... 185

O DIREITO À SAÚDE NO REGIME DE PRECATÓRIOS E RPVS: URGÊNCIA, PREFERÊNCIAS E EFETIVIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL..... 185

15.1. Introdução: O Mínimo Existencial, a Judicialização da Saúde e o Choque de Vetores Constitucionais.....	185
15.2. A Natureza Jurídica dos Créditos Decorrentes do Direito à Saúde	187
15.3. O Regime de Preferências e Superpreferências por Motivo de Doença Grave	188
15.4. A Definição de "Doença Grave" e a Discussão sobre o Rol Legal	189
15.5. Dinâmica Processual do Pedido e o Fracionamento	190
15.6. O Sequestro de Verbas Públicas: A Máxima Exceção e Mecanismo de Coerção	191
15.7. Gestão das Procuradorias e Soluções Consensuais	192
15.8. Modelos de Peças Forenses Práticas.....	193

15.8.1. Modelo de Requerimento Incidental de Superpreferência por Doença Grave	193
15.8.2. Modelo de Pedido de Sequestro de Verba Pública por Descumprimento de Obrigação de Fazer	195
ANEXOS.....	197
GUIA PRÁTICO PARA ADVOGADOS, INVESTIDORES E OPERADORES DO DIREITO...	197
OFÍCIO REQUISITÓRIO (PRECATÓRIO/RPV).....	197
MODELO E ANÁLISE DO OFÍCIO REQUISITÓRIO	198
CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS PARA O MODELO	226
REFERÊNCIAS	250

INTRODUÇÃO

A relação entre o Estado e os jurisdicionados encontra, no instituto dos precatórios e das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), um dos seus mais complexos e sensíveis pontos de interseção. Em um cenário marcado pela necessidade de conciliar a efetividade das decisões judiciais, a proteção dos direitos fundamentais e os limites impostos pela gestão orçamentária e financeira dos entes públicos, o regime de pagamento das condenações impostas à Fazenda Pública revela-se um tema de grande relevância jurídica, social e econômica. Muito além de uma questão meramente processual, os precatórios constituem instrumento indispensável para a concretização do Estado Democrático de Direito, refletindo o delicado equilíbrio entre a autoridade das decisões judiciais e a preservação do interesse público.

Nas últimas décadas, a matéria tem sido objeto de intensas transformações legislativas e constitucionais. As sucessivas emendas à Constituição Federal (CF), especialmente aquelas voltadas à redefinição dos regimes especiais de pagamento, à fixação de limites orçamentários e à reorganização das prioridades constitucionais, demonstram o esforço contínuo do legislador em enfrentar o histórico problema da

inadimplência estatal. Paralelamente, a evolução da jurisprudência dos tribunais superiores e a crescente complexidade administrativa da gestão dos precatórios têm exigido dos operadores do Direito uma compreensão cada vez mais aprofundada e multidisciplinar acerca do tema.

Nesse contexto, a presente obra, *Precatórios e Fazenda Pública: Teoria, Prática e Estratégias de Atuação*, nasce com o propósito de oferecer ao leitor um estudo abrangente, sistematizado e atualizado sobre os principais aspectos jurídicos, processuais e administrativos relacionados ao pagamento das dívidas judiciais do Poder Público. O livro busca percorrer, de forma articulada, os fundamentos constitucionais do instituto, o procedimento executivo contra a Fazenda Pública, o funcionamento das RPVs, os regimes constitucionais de pagamento, as preferências legais, os mecanismos de cessão de crédito, os acordos diretos e os desafios decorrentes das recentes reformas constitucionais.

Mais do que uma exposição teórica, esta obra pretende servir como instrumento de consulta e de atuação prática para advogados, magistrados, membros do Ministério Público, procuradores, gestores públicos, servidores dos tribunais e estudantes de Direito. A análise da legislação vigente, da doutrina especializada e da jurisprudência dominante é

acompanhada de reflexões críticas e de estratégias voltadas à aplicação concreta do direito, permitindo ao leitor compreender não apenas o funcionamento formal do sistema, mas também suas implicações práticas e institucionais.

Ao longo dos capítulos, o leitor encontrará discussões acerca da evolução histórica do regime dos precatórios, das peculiaridades da execução contra a Fazenda Pública, dos critérios de classificação e pagamento dos créditos, da incidência de juros e correção monetária, das hipóteses de preferência constitucional e dos impactos promovidos pelas Emendas Constitucionais mais recentes. Também serão abordados temas contemporâneos relacionados à digitalização dos procedimentos, à transparência administrativa e às novas formas de gestão dos passivos judiciais, elementos indispensáveis para a construção de soluções mais eficientes e compatíveis com a realidade brasileira.

Em uma sociedade que busca fortalecer as instituições democráticas e assegurar a efetividade da tutela jurisdicional, compreender o funcionamento dos precatórios significa compreender, em grande medida, os limites e as possibilidades da própria atuação estatal. Espera-se, assim, que as reflexões aqui desenvolvidas contribuam para ampliar o debate jurídico, fomentar práticas mais eficientes e fortalecer o

compromisso com a segurança jurídica, a responsabilidade fiscal e a proteção dos direitos dos cidadãos.

Que esta obra se constitua, portanto, em um instrumento de estudo, reflexão e atuação, capaz de auxiliar todos aqueles que se dedicam à compreensão de um dos temas mais desafiadores e relevantes do Direito Público contemporâneo.